



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009647-65.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **MARIA DONATA RODRIGUES**
 Requerido: **NET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

MARIA DONATA RODRIGUES move ação de conhecimento, pelo rito ordinário, contra **NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A**. Contratou com a ré, por telefone, a prestação de serviços de telefonia fixa relativamente a uma linha. A instalação ocorreu em 24/01/2008. Não leu o instrumento contratual, apresentado pelo técnico na data da instalação. Passados cinco anos, percebeu que as cobranças referiam-se a duas linhas telefônicas. As faturas não indicavam a existência de duas linhas. Havia apenas a cobrança de R\$ 14,90 ao mês a título de "complemento de franquia", que a autora não sabia dizer a respeito a uma outra linha. A autora nunca utilizou a linha adicional e não teria interesse algum em tal contratação. A ré deve devolver todos os valores pagos pela autora a título de "complemento de franquia" o relativos à linha adicional, cujo número é 3413.5127. A autora sofreu danos morais. Sob tais fundamentos, pede (a) a condenação da ré à restituição em dobro do que a autora pagou pelo "complemento de franquia" ou "franquia 02" (b) a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais.

A ré contestou (fls. 91/101) sustentando a legalidade das cobranças.

Houve réplica (fls. 174).

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia.

A ação é improcedente.

O instrumento contratual, assinado pela autora, fls. 24, é claro a propósito da contratação de duas linhas telefônicas.

Não se pode alegar vício de informação, resultando dos autos que não houve violação ao direito previsto no art. 6º, III, ou ao art. 46, ambos do CDC.

Não há demonstração clara, por outro lado, de que a autora efetivamente desconhecia a existência dessa segunda linha, tanto que ela chegou a ser utilizada, constando chamadas a partir dela, nas faturas com vencimento em 25/05/2010 (fls. 157/161) e em 25/07/2010 (fls. 162/166).

A autora não impugnou validamente aqueles telefonemas, tendo inclusive perdido prazo razoável para fazê-lo.

Prevalece o que consta nas faturas.

A linha foi, realmente, muito pouco utilizada, mas isso não significa que o contrato não é válido ou que contenha abusividade.

Nesse sentido, como a autora não se desincumbiu de seu ônus probatório, forçosa a rejeição do pedido (art. 333, I do CPC), descabendo a inversão do ônus probatório ante a ausência de verossimilhança ou hipossuficiência, considerados os fatos controvertidos (art. 6º, VIII, CDC).

Frise-se que o serviço foi efetivamente posto à disposição da autora durante todo esse tempo, e a restituição implicaria enriquecimento sem causa da demandante.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ante o exposto, julgo improcedente a ação e condeno a autora nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 788,00, observada a AJG. P.R.I.

São Carlos, 02 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**